

DECRETO MUNICIPAL Nº 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MARAIAL-PE.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAIAL**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições constitucionalmente definidas no artigo 82, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

1

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 42 a 45 e artigos 47 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em suplementação às disposições do Decreto Municipal nº 022, de 10 de julho de 2023, e demais normas aplicáveis às licitações e contratos administrativos em sede municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, microempreendedor individual (MEI) e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e,



III - incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto todas as unidades administrativas vinculadas ao Poder Executivo do Município de Maraial, Estado de Pernambuco.

§ 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local: limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;

II - âmbito regional: os Municípios sediados em distância não superior a 160 (cento e sessenta) quilômetros da sede do Município de Maraial, conforme mapa constante do Anexo I e relação do Anexo II deste Decreto, independentemente da região ou microregião a que pertençam na definição dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e,

III - microempresas e empresas de pequeno porte: os beneficiados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do inciso I do caput do art. 12 deste Decreto.

§ 3º Admite-se a adoção de outro critério de definição de âmbito local e regional, devidamente motivado e justificado em edital, desde que atenda aos objetivos previstos no art. 1º.

Art. 2º Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os contratantes deverão, sempre que possível:

I - instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os eventuais cadastros existentes, para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, juntamente com suas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e as subcontratações;

II - padronizar e divulgar as especificações dos bens, serviços e obras contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos;

III - na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente;

IV - considerar, na construção de itens, grupos ou lotes da licitação, a oferta local ou regional dos bens e serviços a serem contratados;

V - disponibilizar informações no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade contratante sobre regras para participação nas licitações e cadastramento e prazos, regras e condições usuais de pagamento.

Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens comuns para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

§ 1º A administração estará impedida de assinar contrato com vencedora de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o município exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

Art. 4º A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida para efeito de contratação e como condição para participação na licitação.

§ 1º Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º Para aplicação do disposto no § 1º, o prazo para regularização fiscal será contado a partir:

I - da divulgação do resultado da fase de habilitação, na licitação na modalidade pregão e na modalidade concorrência sem inversão de fases; e,

II - da divulgação do resultado do julgamento das propostas, nas modalidades de licitação previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

§ 4º A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os §§ 1º e 3º.

§ 5º A não regularização da documentação no prazo previsto nos §§ 1º e 3º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

Art. 5º Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate e preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço apresentado, ressalvado o disposto no § 2º deste Decreto.

§ 2º Na modalidade de pregão, entende-se haver empate, quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço apresentado.

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 4º A preferência de que trata o caput será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar uma única proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória e manifestarem interesse, para o exercício do mesmo direito; e,

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, nos termos do inciso I deste parágrafo.

§ 5º Não se aplica o sorteio a que se refere o inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 6º No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá ser convocada ou manifestar o interesse de apresentar nova proposta no prazo máximo de três minutos por lote/item em situação de empate, sob pena de preclusão do direito.

§ 7º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será estabelecido pelo município e estará previsto no instrumento convocatório.

§ 8º Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultada à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos previstos em edital.

§ 9º Conforme disposto no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, o critério de desempate previsto neste artigo observará as seguintes regras:

I - quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento; e,

II - nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, as microempresas e as empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto

em decreto específico, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

Art. 6º O Município de Maraial deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos no caput deste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item.

Art. 7º Nas licitações para contratação de serviços e obras, o órgão contratante poderá estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - o percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação;

II - que as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III - que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º deste Decreto;

IV - que a empresa contratada se comprometa a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e,

V - que a empresa contratada se responsabiliza pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

§ 1º Deverá constar do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021; e,

III - consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

§ 3º O disposto no inciso II do caput deverá ser comprovado no momento da aceitação, na hipótese de a modalidade de licitação ser pregão, ou no momento da habilitação, nas demais modalidades, sob pena de desclassificação.

§ 4º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 5º Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 6º São vedadas:

I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

II - a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;

III - a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante; e,

IV - a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte não aprovadas pela Administração.



Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, o órgão contratante deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 6º deste Decreto.

Art. 9º Os benefícios referidos nos artigos 6º e 8º deste Decreto poderão, motivado e justificadamente, estabelecer a prioridade e preferência de contratação para as pequenas empresas sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido:

§ 1º Para fins de aplicação dos benefícios dispostos neste Decreto, serão consideradas sediadas local ou regionalmente as microempresas e empresas de pequeno porte que possuam sede Município de Maraial e em municípios com a distância de até 160 (cento e sessenta) quilômetros do Município de Maraial, independentemente da região ou microregião a que pertençam na definição dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 2º Quando da delimitação e da definição do que é considerado regional ou local, o Gestor deverá demonstrar, motivadamente, que foram levados em consideração as particularidades do objeto licitado, bem como o princípio da razoabilidade e os objetivos do tratamento diferenciado dispensado às pequenas empresas, previstos no art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

§ 4º Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no parágrafo anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória.

§ 5º No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique a vencedora.

§ 6º Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade e preferência de contratação prevista neste artigo somente serão aplicadas se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

Art. 10 Não se aplica o disposto nos artigos 6º ao 8º deste Decreto, quando:

I – não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III – a licitação for por contratação direta por meio de dispensa ou inexigibilidade, nas quais as compras deverão ser realizadas preferencialmente

com microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, a legislação aplicável; e,

IV – o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, os objetivos propostos.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I – resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência;

II – a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Art. 11 Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

Art. 12 Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I – microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II – microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e,

III – sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 1º O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

§ 2º Deverá ser exigido do licitante a ser beneficiado, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

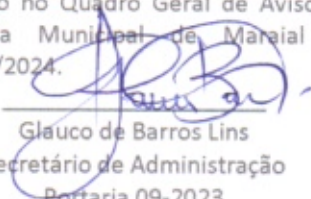
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Maraial (PE), 03 de janeiro de 2024.



MARLOS HENRIQUE CAVALCANTI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAIAL-PE

Publicado no Quadro Geral de Avisos da
Prefeitura Municipal de Maraial em
03/01/2024.



Glauco de Barros Lins
Secretário de Administração
Portaria 09-2023

ANEXO I
(Mapa)



ANEXO II
(Relação de Município no raio de 160km)

Localização	Km
Catende, Pernambuco, Brasil	16.39 km
Colônia Leopoldina, Brasil	16.81 km
Quipapá, Pernambuco, Brasil	22.85 km
Novo Lino, Alagoas, Brasil	23.13 km
Cupira, Pernambuco, Brasil	24.1 km
Ibateguara, Alagoas, Brasil	25.54 km
Palmares, Pernambuco, Brasil	26.3 km
Jundiá, Alagoas, Brasil	30.9 km
Água Preta, Pernambuco, Brasil	31.71 km
Joaquim Nabuco, Pernambuco, Brasil	35.02 km
Bonito, Pernambuco, Brasil	35.82 km
São José da Laje, Alagoas, Brasil	37.28 km
São Joaquim do Monte, Pernambuco, Brasil	38.92 km
Agrestina, Pernambuco, Brasil	39.05 km
Altinho, Pernambuco, Brasil	42.65 km
Canhotinho, Pernambuco, Brasil	43.44 km
Barra de Guabiraba, Pernambuco, Brasil	43.58 km
Flexeiras, Alagoas, Brasil	46.25 km



Camocim de São Félix, Pernambuco, Brasil	47.42 km
União dos Palmares, Alagoas, Brasil	48.87 km
Matriz de Camaragibe, Alagoas, Brasil	51 km
Gameleira, Pernambuco, Brasil	51.37 km
Porto Calvo, Alagoas, Brasil	53.73 km
Ribeirão, Pernambuco, Brasil	55.99 km
Cachoeirinha, Pernambuco, Brasil	57.09 km
Lajedo, Pernambuco, Brasil	57.71 km
Caruaru, Pernambuco, Brasil	58.48 km
Amaraji, Pernambuco, Brasil	59.23 km
Murici, Alagoas, Brasil	60.13 km
Bezerros, Pernambuco, Brasil	61.08 km
São João, Pernambuco, Brasil	62.16 km
Santana do Mundaú, Alagoas, Brasil	62.45 km
São Luís do Quitunde, Alagoas, Brasil	65.5 km
Messias, Alagoas, Brasil	66.91 km
Barreiros, Pernambuco, Brasil	68.52 km
Maragogi, Alagoas, Brasil	69.3 km
Gravatá, Pernambuco, Brasil	70.01 km
Chã Grande, Pernambuco, Brasil	71.55 km
Rio Formoso, Pernambuco, Brasil	72.69 km

São José da Coroa Grande, Pernambuco, Brasil	73.77 km
Capela, Alagoas, Brasil	75.33 km
Garanhuns, Pernambuco, Brasil	76.1 km
Barra de Santo Antônio, Alagoas, Brasil	76.71 km
Tamandaré, Pernambuco, Brasil	77.43 km
Rio Largo, Alagoas, Brasil	77.53 km
Escada, Pernambuco, Brasil	79.74 km
Viçosa, Alagoas, Brasil	80.86 km
Atalaia, Alagoas, Brasil	83.38 km
Belo Jardim, Pernambuco, Brasil	83.95 km
Pombos, Pernambuco, Brasil	84.54 km
Satuba, Alagoas, Brasil	86.85 km
Cumaru, Pernambuco, Brasil	87.21 km
Caetés, Pernambuco, Brasil	89.42 km
Capoeiras, Pernambuco, Brasil	90.04 km
Toritama, Pernambuco, Brasil	90.48 km
Passira, Pernambuco, Brasil	91.1 km
Pilar, Alagoas, Brasil	92.04 km
Ipojuca, Pernambuco, Brasil	92.36 km
Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil	93.27 km
Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, Brasil	94 km

Quebrangulo, Alagoas, Brasil	94.06 km
Maceió, Alagoas, Brasil	98.56 km
Taquaritinga do Norte, Pernambuco, Brasil	101.16 km
Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, Brasil	101.55 km
Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil	101.76 km
Feira Nova, Pernambuco, Brasil	103.37 km
Marechal Deodoro, Alagoas, Brasil	103.6 km
Glória do Goitá, Pernambuco, Brasil	103.75 km
Maribondo, Alagoas, Brasil	103.82 km
Bom Conselho, Pernambuco, Brasil	104.9 km
Surubim, Pernambuco, Brasil	105.75 km
João Alfredo, Pernambuco, Brasil	105.87 km
Moreno, Pernambuco, Brasil	108 km
Limoeiro, Pernambuco, Brasil	108.38 km
Pesqueira, Pernambuco, Brasil	108.42 km
Lagoa do Itaenga, Pernambuco, Brasil	110.06 km
Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, Brasil	111.23 km
Bom Jardim, Pernambuco, Brasil	112.4 km
Anadia, Alagoas, Brasil	114.08 km
São Miguel dos Campos, Brasil	115.36 km
Orobó, Pernambuco, Brasil	117.59 km

Carpina, Pernambuco, Brasil	120.22 km
Umbuzeiro, Paraíba, Brasil	121.92 km
Taquarana, Alagoas, Brasil	122.1 km
São Lourenço da Mata, Pernambuco, Brasil	122.85 km
Igaci, Alagoas, Brasil	123.43 km
Cajueiro, Alagoas, Brasil	125.47 km
Campo Alegre, Alagoas, Brasil	126.05 km
Coité do Nóia, Alagoas, Brasil	126.76 km
Pedra, Pernambuco, Brasil	128.43 km
Minador do Negrão, Alagoas, Brasil	129.71 km
Natuba, Paraíba, Brasil	130.05 km
Recife, Pernambuco, Brasil	130.31 km
Limoeiro de Anadia, Alagoas, Brasil	130.96 km
Nazaré da Mata, Pernambuco, Brasil	132.23 km
Olinda, Pernambuco, Brasil	135.67 km
Vicência, Pernambuco, Brasil	135.95 km
Aroeiras, Paraíba, Brasil	138.03 km
Abreu e Lima, Pernambuco, Brasil	138.98 km
Paulista, Pernambuco, Brasil	139.14 km
Macaparana, Pernambuco, Brasil	142.04 km
Arcoverde, Pernambuco, Brasil	142.74 km

Arapiraca, Alagoas, Brasil	142.77 km
Igarassu, Pernambuco, Brasil	144.85 km
Itaquitinga, Pernambuco, Brasil	146.37 km
Junqueiro, Alagoas, Brasil	146.64 km
Cacimbinhas, Alagoas, Brasil	146.79 km
Boqueirão, Paraíba, Brasil	147.02 km
Águas Belas, Pernambuco, Brasil	148.92 km
Buíque, Pernambuco, Brasil	149.12 km
Itapissuma, Pernambuco, Brasil	150.64 km
São Sebastião, Alagoas, Brasil	151.89 km
Timbaúba, Pernambuco, Brasil	151.95 km
Major Isidoro, Alagoas, Brasil	153.69 km
Condado, Pernambuco, Brasil	153.94 km
Coruripe, Alagoas, Brasil	154.67 km
Lagoa da Canoa, Alagoas, Brasil	154.76 km
Dois Riachos, Alagoas, Brasil	157.22 km
Itatuba, Paraíba, Brasil	157.77 km
Itamaracá, Pernambuco, Brasil	157.95 km
Fagundes, Paraíba, Brasil	158.78 km